

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Autor: MÁRCIA ELISÂNGELA MONTEIRO FERREIRA

**UM RECORTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO DE PORTO
ALEGRE NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS):**

Um relato de experiência

PORTO ALEGRE

2011

Autor: MÁRCIA ELISÂNGELA MONTEIRO FERREIRA

**UM RECORTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO DE PORTO
ALEGRE NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS):**

Um relato de experiência

**Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de
psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito para a obtenção do grau de Psicólogo, sob a
orientação da professora Gislei Domingas Romazzini
Lazaroto.**

Porto Alegre

2011

DEDICATÓRIA:

Ao Plano espiritual pela força

Ao meu esposo Paulo pelo imensurável apoio

Ao meu filho que tanta compreensão teve com as minhas ausências. Minha sogra, meus sobrinhos(as), irmã (o) e cunhados(as) pelo carinho.

Aos meus supervisores e professores que acreditaram em mim, no meu potencial como profissional.

AGRADECIMENTOS:

À Gislei pelo carinho, apoio, compreensão e sabedoria. Foi quem sempre apostou na possibilidade deste trabalho, independente dos desafios vividos pelo caminho.

À Luciana pelo acolhimento zelo e disponibilidade para ajudar na construção dessa proposta de trabalho e a todos os idosos que acolheram a proposta e se disponibilizaram a colaborar.

À Silvia Giugliani, sua risada e sua força para lutar para que direitos sejam garantidos e pelo espaço da categoria, fizeram diferença na minha trajetória acadêmica.

À Odair P. De Castro, seu trabalho na UNITI, despertou em mim o desejo de perseguir essa proposta na política pública.

À Carolina dos Reis por ter aceitado o convite, participando de nossa banca.

Ao Paulinho que fez parte comigo de cada um destes momentos, tornando-me outra e construindo comigo diversas formas de ser mãe e estar presente.

Ao Paulo Sérgio que com o seu amor e sua compreensão sustentou a possibilidade de ultrapassar todas as barreiras e compor comigo uma trajetória de formação diferente.

À todos os meus colegas, professores, amigos, pessoas queridas que formaram comigo a rede de formação continuada que me encontro.

Epígrafe:

“O compromisso e suportes necessários para pesquisar, estudar, orientar e ser orientado, são construídos nos espaços de conhecimento, no diálogo que estabelecemos com as comunidades que trabalhamos e na política que construímos no fazer da psicologia”.

Gislei D. R. Lazzarotto

RESUMO

A temática abordada neste trabalho de conclusão de curso refere-se a um recorte das políticas públicas de assistência ao idoso do município de Porto Alegre no centro de referência da assistência social (CRAS). O objetivo foi analisar a experiência de formação nas relações com a política pública do idoso no contexto da assistência social e da prática em psicologia. O relato de experiência privilegiou o enfoque qualitativo considerando o percurso da formação na extensão, na Universidade da Terceira Idade (UNITI) e estágio curricular de ênfase em psicologia social e políticas públicas. Nesta experiência ocorreu uma aproximação a um Centro Referência de Assistência Social (CRAS), realizando quatro encontros que envolveram o contato a profissional da psicologia com os idosos do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos. Para análise da experiência foram usados como referência os seguintes passos: os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exploração dos documentos que orientam a política de assistência ao idoso no município de Porto Alegre, identificação das limitações e potencialidades das ações e das propostas de políticas públicas para idoso, considerando o trabalho da profissional em psicologia e o percurso da formação. No percorrer dessa experiência as reflexões ressaltam que a questão da autonomia do idoso, não é apenas vinculada a individualização, pois sua vivência grupal compartilha diversas práticas vinculadas as políticas sociais de garantia de direitos com uma construção coletiva do envelhecer, proporcionando aos velhos o protagonismo da sua história social. Outro fator relevante é o fazer da psicologia e sua cristalização acadêmica desafiada pelo envelhecimento. Outro aspecto a ressaltar são os lugares cada vez mais ocupados por esses velhos, demonstrando suas estratégias de comprometimento, o que redefine o compromisso da psicologia e da sua formação com as políticas públicas de atenção ao idoso.

Palavras-chave: Autonomia. Velhice. Idoso. Políticas públicas. Formação. Prática.

ABSTRACT

The issue addressed in this work of completion refers to a crop of public policy assistance to the elderly in the city of Porto Alegre in a reference center of social assistance (CRAS). The objective was to analyze the experience of forming relationships with the public policy of the elderly in the context of social care and practice in psychology. The experience report favored the qualitative approach considering the extent of the training course at the University of the Third Age (UNITA) and curricular emphasis in social psychology and public policy. In this experiment there was an approach to a Regional Centre of Social Assistance (CRAS) in a four meetings involving contact the professional psychology with the elderly group living and strengthening of ties. For analysis of the experiment were used as reference to the following steps: statistical data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), exploitation of the documents that guide the care to the elderly in the city of Porto Alegre, limitations and identification of potential actions and proposed policies for the elderly, considering the work of professional psychology and the course of training. In this experiment the reflections go point out that the issue of independence of older people is not only linked to individualization, for its diverse group experience sharing practices related social policies warranty rights with a collective construction of aging, providing the leadership of the old its social history. Another relevant factor is the make of academic psychology and its crystallization challenged by aging. Another thing to note places are increasingly occupied by these old, demonstrating their commitment strategies, which resets the commitment of their psychology and public policy formation with elderly care.

Keywords: Autonomy. Old age. Elderly. Public policies. Formation. Practice.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVO.....	2
2.1.Objetivo Geral.....	2
2.2.Objetivo Especifico.....	2
3. CONSTRUINDO O RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO UMA METODOLOGIA DE UM TCC.....	2
4.PERCURSO DA EMERGÊNCIA DA QUESTÃO “IDOSO” E PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	3
4.1.Formação.....	3
4.2. Contexto da Política do Idoso no Brasil.....	6
4.2.1.Marco da Criação da Política de Assistência ao Idoso.....	9
5.PERCORRENDO FAZERES SINGULAR DE UMA POLÍTICA.....	12
5.1.Um CRAS e aproximações numa singular experiência.....	12
5.2.CRAS: sensações vividas ao conhecer esta realidade.....	14
5.2.1.“tu não queria fazer o cadastro do bolsa família?”.....	14
5.2.2. “entre, pode entrar quando chegar, não precisa esperar”.....	15
5.2.3. “Pode passar, ela está lá na última sala”.....	15
5.3. A concepção de um trabalho com o idoso.....	16
5.3.1.Um trabalho grupal - “o doce desejo de estar no grupo”.....	18
6. SOBRE AS DIFICULDADES E CONQUISTAS DA PSICOLOGIA? APROXIMAÇÕES COM O FAZER E A FORMAÇÃO DE UM PSICOLOGO.....	24
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25

1.Introdução:

Este trabalho de conclusão de curso surge do percurso de formação entre experiências de extensão e estágio curricular que vão proporcionando um aprendizado relevante e convocaram este espaço de reflexão. A questão do envelhecimento no Brasil, a política pública para tratar desta demanda e as formas da psicologia constituir sua prática neste contexto foram articulando o presente trabalho.

Para compreender a produção da política de envelhecimento é preciso que seja levado em conta o recém movimento de inserção dessa faixa etária e da garantia de seus direitos na rede de saúde e de assistência. O velho ganhou destaque no Brasil quando se evidenciou o baixo índice de fecundidade da população brasileira e a elevação da idade, com a promoção da saúde proporcionando um envelhecimento com autonomia e as políticas para o envelhecimento ganhando espaços. Assim há uma mudança na noção histórica de um “sujeito descartável do social”. O processo de reconhecimento de autonomia desse sujeito, somente aparece quando dados revelam que muito desses indivíduos vivem sozinhos e outros sustentam suas famílias com a aposentadoria, sendo muitas das vezes o único sustento familiar. A troca de possibilidades de saber deste sujeito é ampliada, sendo que o discurso da decadência, doença e morte passa a ser confrontado com a maior qualidade de vida e autonomia, remetendo a uma atualização do discurso construído socialmente e repetido por décadas. Um discurso respaldado na finitude, sem possibilidade de modos de expressão diferenciados. Foucault (1998) critica as formulações de proposições de disciplinas capazes de somar o que pode ser dito sobre um dado objeto como verdade e fala da necessidade de formular e reconhecer proposições discursivas novas. A criação de modos de expressar a velhice diferentes daqueles já contados pode construir fatores subjetivos de implicação social com a questão, não numa égide assistencialista, mas de uma responsabilidade e engajamento de uma política social de diversidade de valores na construção do que seja o velho.

Aceitar que o Brasil é um país que envelhece, é aceitar que cada jovem, adulto que produz hoje conhecimento será idoso daqui a alguns anos, pode gerar uma preocupação ou talvez um “medo” se o envelhecimento for pensado como o “fim”, a não produtividade. Mas envelhecer não é apenas um marco temporal, é uma mudança de papel social, é se reconhecer e ser reconhecido em outro corpo. Esse movimento envolve família, sociedade, singularidade e principalmente políticas públicas voltadas para que esse indivíduo perceba sua vida não como um momento de fim da caminhada, mas como o início de uma etapa que reflete uma “atividade” diferenciada e produtiva de um novo momento social. Para que isso aconteça, a presença de uma política de inserção e de reconhecimento desses indivíduos deve ser construída. É uma configuração necessária para que se possa entender o novo rumo das políticas públicas, construindo profissionais conscientes e

implicados nas novas diretrizes políticas.

Assim, o trabalho de conclusão de curso apresenta as seguintes etapas: A aproximação no campo de estágio com a política pública e o fazer do psicólogo nessa política. Os questionamentos da prática na formação A experiência de poder estar junto com um profissional da psicologia em ações voltadas para a política de atenção ao idoso na proteção social básica.

2. Objetivos:

/2.1- Geral:

Relatar o percurso de uma experiência na formação em psicologia analisando práticas possíveis no âmbito da política pública de atenção a pessoa idosa no contexto da assistência social.

2.2- Específicos:

- ♣ Verificar dados estatísticos do IBGE, sobre a população idosa do município, sua distribuição de renda e idade.
- ♣ Conhecer documentos que orientam a política de assistência ao idoso no município de Porto Alegre.
- ♣ Promover uma aproximação a prática de um CRAS que possua o serviço de atenção a pessoa idosa no município de Porto Alegre.
- ♣ Identificar as limitações e potencialidades das ações e das propostas de políticas públicas para idoso nesta experiência.
- ♣ Discutir como a psicologia pode contribuir para a implementação desta política.

3. Construindo o relato de experiência como uma metodologia de um TCC:

Sistematizar um texto onde a experiência se cruza à realidade vivenciada e sentida pode não corresponder às expectativas do leitor no que se refere a um trabalho de conclusão de curso orientado por delimitações científicas. Conforme Bondia (2002), a “experiência” é um tempo percorrido e vivido apenas pelo “sujeito da experiência”, é o momento de encontro entre esse sujeito e o que o toca, o que marca um certo momento vivido. É um acontecer de jeito único e singular podendo marcá-lo tanto positivamente, quanto negativamente. Inúmeros trabalhos escritos, inúmeras teses defendidas e o que realmente fica de todas essas informações? Como se dá a aprendizagem?

È nesta perspectiva que o presente trabalho foi sendo desenvolvido no percurso de uma aprendizagem que se fez na experiência de formação, em especial no período de Agosto de 2010 à Setembro de 2011. Nesta etapa vivenciei experiências na UNITI (Universidade para a Terceira Idade) e, posteriormente, no estágio de ênfase em políticas públicas realizado no CREPOP, estágio singular na minha trajetória, onde reencontro e encontro a temática do idoso como uma das direções de meu aprender na e com a psicologia. A possibilidade de organizar essa experiência no TCC oportunizou uma parada no tempo da formação para perceber uma prática singular que vinha construindo na temática do idoso e a emergência da importância desta questão nas práticas atuais do fazer psi.

Mas o que seria um “relato de experiência”? Bondia (2002) destaca que a experiência é cada vez mais rara por falta de tempo, pois não estamos mais preparados para viver a experiência, permitir ser tocado, apreciar um fazer e deixar com que algo dali surja e nos permita pensar sobre uma prática ou um modo de compor diferente um momento. “Se a experiência é o que nos acontece, e se o sujeito da experiência é um território de passagem, então a experiência é uma paixão.” (Bondia, 2002, pg. 19). Então, se a paixão é o momento em que o equilíbrio tende a não ser considerado, onde impera uma tensão, a maioria das pessoas provavelmente não suportaria lidar com sentimentos tão intensos. Podemos passar por muitos fazeres, muitas horas trabalhadas e estudadas, mas sem nos percebermos “sujeitos da experiência”. Pois como diz Bondia (2002), “a experiência não é o caminho até um objetivo previsto, até uma meta que se conhece de antemão, mas é uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar nem “pré-ver” nem “pré-dizer”. Está em análise o percurso de como a experiência de formação vai sendo construída e vai me constituindo no contexto de ações relacionadas à política do idoso, e como sujeito desta experiência a busca de sentido para o vivido no processo de formação. Partindo deste movimento o trabalho de conclusão de curso é constituído no desenrolar dos seguintes passos do percurso da experiência:

- ♣ A emergência da questão “idoso” numa experiência de extensão.
- ♣ O estudo da política pública do idoso.
- ♣ A aproximação a uma experiência na política do idoso no contexto da assistência social no município de Porto Alegre.

4. Percurso da emergência da questão “idoso” e primeiras aproximações.

4.1 Formação:

A formação é certamente o momento de apropriação dos instrumentos que nos convocam a pensar seja uma clínica, uma metodologia de trabalho ou uma política de ações. O acesso

privilegiado que o estudante de graduação tem as áreas de intervenções e instrumentos utilizados para exercer a profissão, permitem a ele caminhar em várias direções de entendimento de inúmeros assuntos.

A caminhada por espaços e fazeres diferentes nos questionam qual o melhor instrumento a ser usado, pois cada um parece ser a verdade absoluta de um saber sempre sonhado e nunca alcançado. Essa caminhada lembra um passeio de alguém que tem a intenção de levar algo de uma feira onde vários produtos são ofertados todos de excelente qualidade, e de vendedores apaixonados pelos mesmos, entretanto, não se pode levar todos. Entra-se na loja, observa-se a paixão do vendedor pelo seu produto, se reconhece a qualidade, mas falta algo, e nesse movimento outros momentos e contatos são proporcionados, até que se chega ao fim da trajetória e percebemos que todos aqueles produtos são importantes e interessantes e que podemos fazer vários nexos entre eles.

O meu percurso esteve nesse movimento durante cinco anos, primeiro o momento na Universidade Federal do Pará, onde podemos ter contato com a questão grupal em psicologia social, em um trabalho desenvolvido por uma equipe de alunos verificou-se como acontecia o contato entre um projeto voltado para idoso da prefeitura de uma cidade do interior, e a população idosa dessa cidade. Esse contato apesar de pouco nos reservou acrescentamentos indispensáveis a nossa trajetória. A chegada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inaugurou conceitos e visões nunca cogitados por mim. Era como se entrasse em um mundo novo, não só as pessoas eram diferentes, mas o contexto universitário, tudo o que eu sonhava estava nesta academia, como fazer para conhecer tudo em tão pouco tempo.

Minha introdução nessa academia é marcada pela psicanálise, mais especificamente, a psicanálise Lacaniana, que me impressionou com uma possibilidade de leitura e escuta de conteúdos individuais indispensáveis para a formação clínica. Esta referência me levou ao estágio básico e durante esse período tive a experiência de apreciar a interação entre crianças e seus responsáveis na sala de espera, onde os mesmos as levavam e ficaram muitas vezes lá, conversando e brincando com os monitores que éramos nós. Percebi que o material que acontecia naquela interação não era revelado ao *setting terapêutico*, entendi que aquela interação era rica demais para ser reservada e pouco utilizada. Guardei esse instrumento para a escolha de uma clínica que me permitisse experimentá-la. Foi assim que a ênfase da clínica em terapia de família e casal surgiu na minha trajetória.

Construir nessa experiência de ênfase, um olhar sobre grupos e pares, que revelavam diferentes instrumentos para lidar com diferentes situações cotidianas, eram as famílias, de uma riqueza que eu não conseguia entender, cada família uma surpresa, envolvida em seus enredos e tramas, continham sempre um aprendizado para o terapeuta. Nesse atravessamento tive a

oportunidade de me deparar com o despreparo da profissão psicólogo em lidar com questões sobre o velho e o envelhecimento na família. Escrevi trabalhos, e procurei respostas as minhas duvidas, o que me conduziu a uma nova experiência a UNITI (Universidade Para a Terceira Idade).

UNITI é um projeto do departamento da psicologia social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado há 21 anos pela professora Odair Perugini de Castro, ele que tem como marco legal a potencialização da faixa etária de pessoas a parti de 60 anos através da “revisão de vida” (UNITI), onde se pensa o novo papel do idoso na sociedade contemporânea. Suas exigências e aplicações na vida cotidiana. Seu percurso é reconhecido por toda sociedade acadêmica como laboratório de estudos sobre velhice e longevidade, conta com 130 idosos, participando ativamente através dos subprojetos. São atividades que dão suporte ativamente a área social do município de Porto Alegre, construindo junto com a comunidade do município, ações de cidadania de uma educação social.

O projeto me deu a possibilidade de pensar o velho não apenas na família, mas no social. Era um novo passo conquistado na ampliação de visão do ser humano na infância, adolescência, adultez e velhice. Portanto, pensar a questão da autonomia na velhice, certamente é encantador, pois nos remete a uma continuidade e não apenas ao fim, como se espera da velhice.

Nesse processo de aquisição de instrumentos para o trabalho profissional, alguns questionamentos se apresentaram, de como acontecia o trabalho com a autonomia do idoso nas políticas públicas. Pensar como a autonomia vivenciada por idosos na UNITI poderia ser cogitada em situações de vulnerabilidade social com idoso impulsionou-me na busca de respostas.

Bem, nesse momento estava acontecendo a transição do estágio de clínica para o de Políticas Públicas e tive o prazer de ser contemplada com o estágio no Conselho Regional de Psicologia (CRP), mais especificamente o CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), um momento de abertura de horizontes, com a possibilidade de pensar como se constrói as políticas públicas no Brasil. Entre os diversos atravessamentos do CREPOP, um em particular me chamou a atenção, a construção das Políticas Públicas de Assistência Social. Era um dos movimentos mais importantes nas garantias de direitos dos usuários e dos trabalhadores. Esse encontro se deu em um evento que é proporcionado mensalmente no CRP pelo CREPOP, chama-se de “Conversando Sobre a Psicologia e o SUAS” (Sistema Único da Assistência Social), onde os psicólogos e outros profissionais encontram-se com o objetivo de falar sobre a construção do espaço sócio assistencial, das políticas específicas e de como está se construindo o lugar do fazer psicológico.

Dentro desta perspectiva, reconheço a importância de políticas públicas de qualidade que visem a autonomia do idoso, e de uma ressignificação do envelhecer nas políticas de assistência.

Entendia que nesses inúmeros momentos, esse era o mais precioso, pois era o de término do percurso de graduação, envolvendo um trabalho mais minucioso de olhar para o currículo e ver que instrumentos eu tinha me apropriado para lidar com as problemáticas da escolha.

Nessa tensão e de acordo com a supervisão que orienta o trabalho de conclusão de curso, conheço e me reconheço em um curso que não estava contemplado diretamente as questões do envelhecimento. Isso vai sendo verificado mediante o currículo apresentar apenas uma disciplina eletiva de nome “Introdução a questão do envelhecimento, que tem por objetivo de entender o processo histórico da construção social da velhice”. Ofertada em semestres pares, por um único professor titular do Instituto de Psicologia é um movimento solitário de entender as questões do envelhecimento no social pela formação em psicologia na UFRGS. Além deste estudo a possibilidade de extensão na UNITI, mas também pela opção de alguns e não constituindo uma atividade curricular obrigatória.

A elaboração desse (des)encontro com a academia, possibilitou a criação de uma expectativa de conhecer melhor como está sendo implantada a Política Pública de Assistência ao Idoso, no município de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, suas diretrizes e tipificações no trabalho com idosos autônomos, e de como a Universidade através dos projetos como a UNITI ou outros movimentos possa pensar uma ponte entre essa política pública e a formação na UFRGS.

4.2 Contexto da Política do Idoso no Brasil

Atualmente o Brasil encontra-se em um estágio de transição de um País de jovens para um País de idosos. A construção desse nascer do envelhecimento vem criando forma desde 1960, quando o Brasil registrou, através do IBGE, um declínio na fecundidade da população brasileira, isso se consolidou com o passar dos anos e de novas expectativas projetadas pelo IBGE. O aumento da longevidade para a população idosa lança o País a mais um desafio nas políticas. Essa previsão e a confiabilidade desse novo paradigma é sustentado pelo censo realizado pelo IBGE 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e pelos gráficos que projetam esse fenômeno Brasileiro.

Esse processo é respaldado pela mudança de valores vividos no decorrer das décadas pelo Brasil. A família foi segundo o IBGE (2008) o sistema de maior transformação, pois ela convergiu numa estrutura de poucos filhos ou nenhum filho, deixando de ser família para ser casal, com indivíduos envelhecidos que conquistaram pela medicina e pelo modo de vida mais saudáveis a longevidade tão esperada. Os gráficos 1,2,3 abaixo permitem ver a população e a faixa etária e sua projeção realizada pelo IBGE:

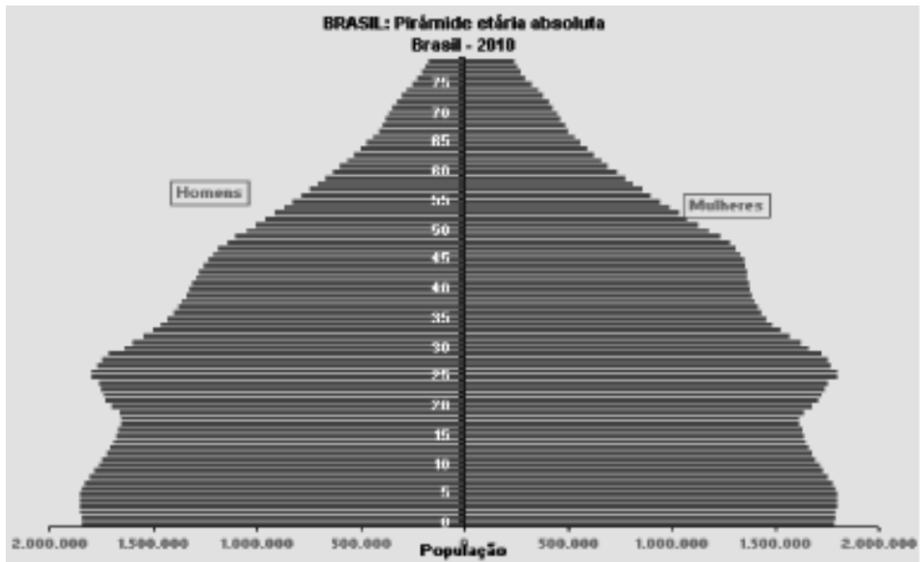


Gráfico 1

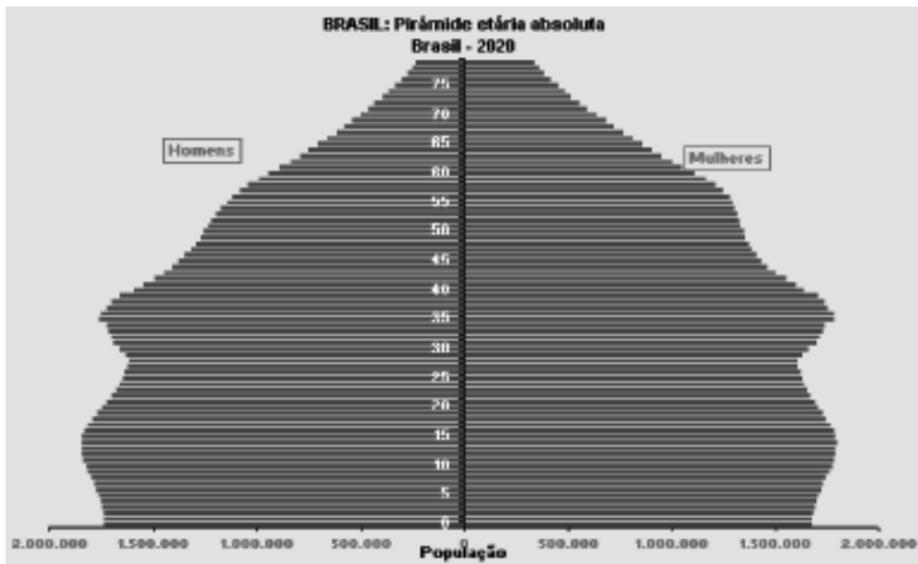


Gráfico 2

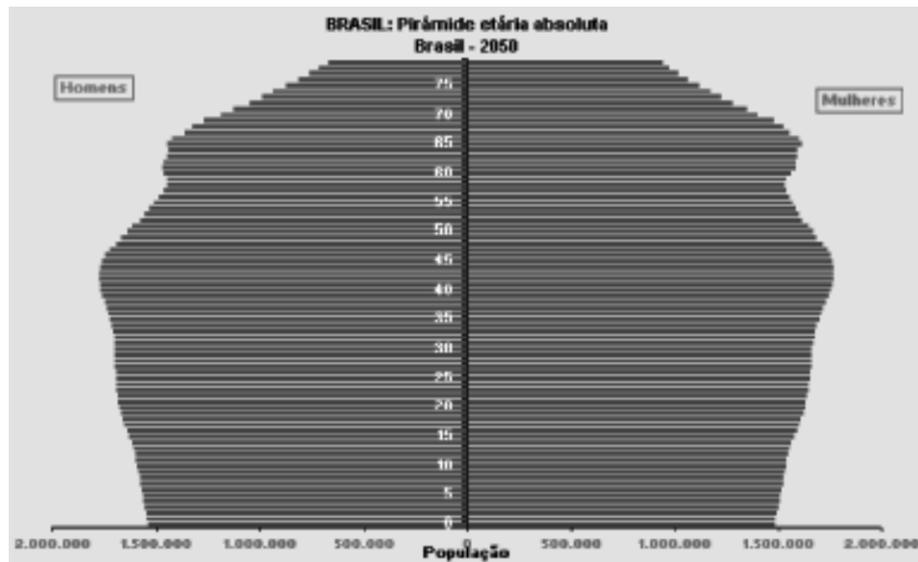
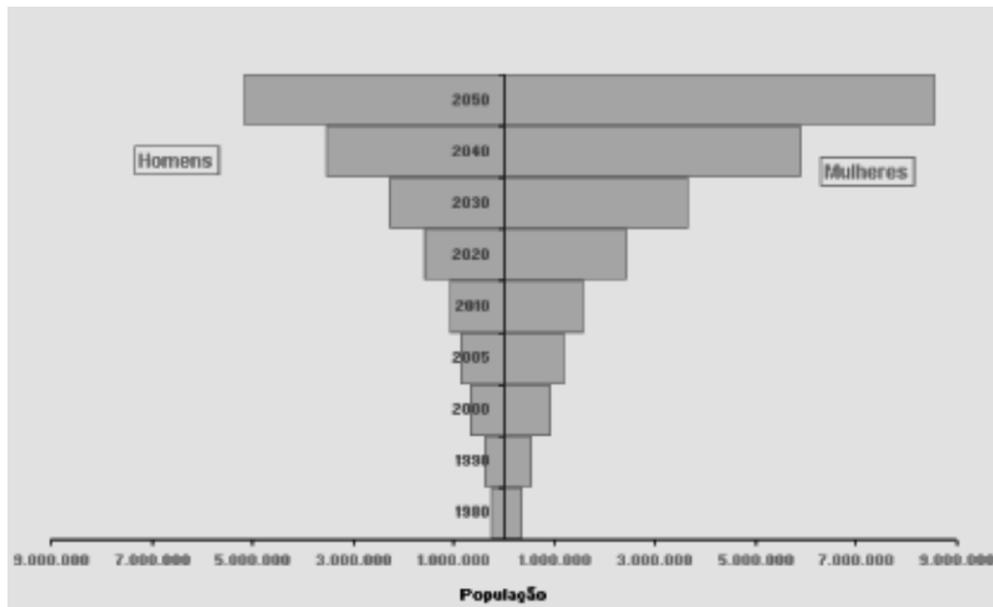


Gráfico 3



Fonte: IBGE – Projeção da População do Brasil: 1980-2050.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/piramide/piramide.shtm

A projeção realizada pelo IBGE se reafirma a cada censo realizado. Um “Brasil envelhecido” é o que se espera para o futuro. Pensando nesse desafio é necessário pensar a estrutura de nossos serviços públicos de assistências a essa população. Como a oferta de serviços acompanha essa projeção e se organiza mediante esta demanda é uma tarefa do país e das políticas públicas, envolvendo todos que trabalham na construção das políticas públicas. Neste sentido, o psicólogo, um dos profissionais atuante e comprometido com a construção do lugar de sujeito, necessita

indagar junto à academia e a sociedade em que está inserido, a trajetória e o desenvolvimento de práticas psi nestas políticas que assegurem direitos a essa população.

A região Sul, segundo o IBGE (2010) soma-se com o Sudeste com a característica de região mais envelhecida do País, onde as duas regiões estimam de acordo com os dados em 2010, 8,1% da população formada por idosos com 65 anos ou mais, enquanto a proporção de crianças menores de 5 anos era, respectivamente, de 6,5% e 6,4%. Os dados do IBGE apontam para uma perspectiva já conhecida, mas ignorada. A estatística define a participação do idoso na economia do país e aponta o Sul do Brasil como uma das regiões onde o idoso mora sozinho: Na região Sul (47,7%), foi registrada a maior proporção de famílias do tipo ninho vazio (casais sem filhos e pessoas morando sozinha); no Rio Grande do Sul e na região metropolitana de Porto Alegre, esse tipo de família supera aquelas com filhos, indicando um grau mais elevado de independência dos idosos (IBGE 2010). Os dados contabilizam uma população idosa maior que a população infantil, hoje o IBGE contabiliza a cidade comportando 200 mil idosos, em 2050 o município contará com 600mil idosos. A estimativa não fica distante da esperada para o Brasil em 2050, (gráfico 3), entretanto, já é uma realidade em relação ao resto do País.

A população Porto Alegrense envelhece e vive mais a cada dia, com essa projeção podemos ter para cada 100 crianças, 172 pessoas idosas, de acordo com os dados estatísticos. A oportunidade de se viver mais e com melhor qualidade de vida, é produzida na atualidade como uma meta a ser alcançada por todos, com uma relação de produção atrelada a essa nova dinâmica de avanço de idade. O idoso que não está produzindo oficialmente no mercado de trabalho, produz no mercado informal ou até mesmo nos serviços de compartilhamento de responsabilidades com os demais membros da família. O município encontra-se atualmente numa nova vertente de construção de políticas e direitos que sejam pertinentes a essa nova configuração social.

4.2.1 Marco da Criação da Política de Assistência ao Idoso

Na garantia desses direitos, surge o horizonte legislativo, ainda que tardiamente, O estatuto do idoso Lei 10.741, de primeiro de Outubro de 2003. Antes dele, temos como Marco Legal da garantia de direito da pessoa idosa Lei 8.842/94 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), ambos, asseguram direitos sociais e criam condições para promover uma maior autonomia e uma participação efetiva do idoso no social, neste contexto vem se operacionalizando espaços para pensar esses direitos e garantias que o Estatuto do Idoso e a PNI dispõem.

Em vigor desde 1994, a PNI garante um comprometimento da família, do Estado e da

sociedade civil com o Idoso, garantindo sua participação na comunidade, bem estar e direito a vida. Esta Política convoca o Estado a pensar o envelhecimento nas políticas governamentais “implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo” (PNI- Art. 4. Inciso VI). Além de informar, é necessária a qualificação para elaborar as questões pertinentes ao envelhecimento populacional. Portanto, na área de educação deve-se “inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis de ensino formal, conteúdo voltado para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos, e produzir conhecimento sobre o assunto” (PNI 1994, Inciso III-linea a). É o compromisso social com a garantia de direitos, movimentando a formação profissional, o Estado e a participação social.

Verifica-se que a criação das leis citadas anteriormente, apenas consolidam o que a Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988, dispõe sobre idoso. O capítulo I, art.5º a disponibilidade dos “direitos e deveres individuais e coletivos”, nesse artigo assegura-se que todo brasileiro tem direito a liberdade, segurança e igualdade de direitos. Recorrendo ainda a CFB, o seu artigo 230 traz no seu conteúdo a consideração de que a velhice deve ser responsabilidade também da família e da sociedade, amparando e garantindo seu bem estar e direito a vida. Nessa construção entre sociedade, família e Estado, o aceleração do processo de envelhecimento exige políticas públicas ativas para que a previsão da garantia de direitos expressos na Constituição Federal se apóie em práticas que afirmem um envelhecer autônomo para a dignidade e respeito à pessoa idosa.

As políticas de assistência social ao idoso, realizadas oficialmente pelo governo, têm início com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), respaldada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993). A criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, criado em janeiro de 2004, promoveu a criação também da Secretária Nacional da Assistência Social que traz como principal característica a política de proteção social básica, no campo da seguridade social voltada à garantia de direitos e de condições dignas de vida (PNAS/2004). Direitos previstos na constituição federal como já citado anteriormente, de uma demanda que deve ser acolhida nas suas singularidades de região, de idade e de privações. Dentro do cenário da garantia de direitos a assistência social conta com a resolução 109/09 do Conselho Nacional da Assistência Social, que dispõe e aprova a “Tipificação dos Serviços Sócio Assistências.” Esse documento organiza os níveis de complexidade do SUAS, que de acordo com NOB-RH dividem-se em básica, média e alta complexidade. Onde eles referenciam de uma forma hierarquizada na proteção social, os atendimentos a população. Na proteção básica os atendimentos se dão onde os direitos não foram violados e a promoção e prevenção são as fontes primordiais nessa proteção. O serviço é identificado pela sigla CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), nele são desenvolvidas ações que atendam a família, articulações com a rede de proteção

social, e desenvolve ações comunitárias em prol de vários segmentos da população. As ações do CRAS estão voltadas para o atendimento de 1000 famílias. E sua equipe deve ser composta por no mínimo: 1 coordenador de nível superior, 2 assistentes (técnicos) administrativos, 1 assistente social e 1 psicólogo, além dos estagiários de nível superior, e outros profissionais instrutores de atividades de nível fundamental.

A proteção de média complexidade trabalha com sujeitos onde os direitos foram violados, entretanto, segue os vínculos familiares e são de responsabilidade dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). A alta complexidade estende-se a indivíduos com direitos violados e vínculos familiares rompidos, abordados pelas Centrais de Acolhimento (casas de passagens, albergues, abrigos, etc.). Neste trabalho pretendo dar ênfase aos serviços da atenção básica (CRAS) que envolve diretamente o idoso no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Na rede de enfrentamento da assistência social com idosos, a cidade de Porto Alegre conta com o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos”. Esse dispositivo de proteção é a conquista de uma longa caminhada de ações em defesa do velho, que teve início em 1976 com a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), órgão municipal subordinado na época a Secretaria de Educação (FASC 2010). Desde o ano de 1976, esse serviço vem ganhando diretrizes e crescimento junto às comunidades e, em 1984, esse programa tinha o nome de “pro idoso” e sua diretriz contemplava a educação permanente, lazer, recreação, atividades físicas e ações comunitárias. O programa passou a compor a política de assistência social apenas em 2000 quando a FESC passou a ser Fundação de Assistência Social de Porto Alegre (FASC). Com a criação da FASC e as diretrizes da política de assistência, o trabalho com idoso ganhou mais estratégias de enfrentamento contra a violência e em prol da promoção e da prevenção. A tipificação dos serviços sócios assistências promoveu características específicas ao serviço e ações de proteção voltadas para o idoso. Destaca-se o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos, cujo objetivo é viabilizar ações de convivência, de socialização, de integração e organização social com vistas ao processo de um envelhecimento saudável, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, à prevenção de situações de risco e à conquista de direitos da pessoa idosa (FASC, 2010). Esse serviço possui alguns objetivos específicos que promovem ao idoso a capacidade de refletir questões sobre o “ser velho”, sua vida familiar e comunitária, a garantia de direitos, as trocas de experiências nas relações intergeracionais contribuindo para um envelhecer ativo, saudável e autônomo. Através de espaços de discussões e reflexões sobre o tema do envelhecimento busca-se favorecer seu protagonismo social. A ideia principal do serviço é prevenir o asilamento, estimulando a autonomia por meio da prevenção. Os idosos podem aderir ao serviço através da busca ativa com finalidade de conhecer e identificar os percursos sociais da comunidade, e pela

acolhida que seria a escuta da demanda e o ingresso por pedido de acolhida.

O trabalho grupal combina, segundo documentos da FASC, modalidades de intervenção como: acolhimento, momento de espiritualidade, dinâmica de integração, espaço de informes, planejamento e espaço de reflexão temática, o último seria um espaço de debate e fortalecimento da identidade grupal. A ação final é a dinâmica de encerramento (avaliação e confraternização do grupo). Sobre a permanência no grupo cumpre critérios de assiduidade, responsabilidade, compromisso com o objetivo do grupo. O desligamento de qualquer integrante será uma avaliação construída com o idoso e com a equipe. A proposta é que se possa construir um envelhecer da população de forma sadia e autônoma respeitando direitos e vínculos já estabelecidos por esses indivíduos, dentro da proteção social básica de Porto Alegre.

5. Percorrendo fazeres singulares de uma Política

A presença de psicólogos frente a ações com essa população no município de Porto Alegre ainda é rara. Segundo a pesquisa em andamento do CREPOP (2011) sobre “A atuação do psicólogo na política pública com o idoso”, verificou-se que apenas cinco profissionais da psicologia estão à frente de ações com idoso, considerando um número de 20 CRAS, referenciados apenas os que têm psicólogos na equipe técnica do serviço, na região metropolitana. A dificuldade da psicologia ocupar esse fazer é sentida na pesquisa de forma quantitativa, conforme a tabela a seguir:



Conselho de psicologia
Centro de Referência Técnica
em Psicologia e Política Pública
Pesquisas 2011- 2- Idoso



Cidade	Serviço	1-Gov/2conv.	n. de psicólogos..	n. de psi. Na pol.
Porto Alegre	CRA S-Eixo-Baltazar – Bárbara Maix	1	2	1
	CRA S- ILHAS	1	1	
	CRAS- Nordeste	1	1	1
	CRAS- Timbaúva	1	2	
	CRAS-Noroeste	1	1	
	CRAS- Norte	1	3	
	CRA S- Santa Rosa	1	1	1
	CRAS- Partenon	1	2	
	CRAS- Lomba do Pinheiro	1	2	1
	CRAS- Leste	1	2	
	CRAS-Restinga	1	1	
	CRAS-Restinga – 5ª Unidade	1	1	
	CRAS-Sul	1	1	
	CRAS- Hipica	1	2	1
	CRAS- Sul II	1	1	
	CRAS- Vila Farrapos	1	1	
	CRAS- Centro	1	1	
	CRAS- Glória	1	1	
	CRAS- Cruzeiro	1	1	
	CRAS-Cristal	1	1	

Tabela cedida pelo CRPRS- CREPOP- Dados parciais da pesquisa “A atuação do psicólogo na política pública com o idoso”, 2011.

No processo de conhecer a política, a atividade de acompanhamento e participação do CREPOP “conversando sobre psicologia e o SUAS”, proporcionou o conhecer alguns programas e planos de ação da proteção social básica, média e alta complexidade de vários municípios; inclusive de Porto Alegre através do fazer do psicólogo. Dentro dessa perspectiva, apresentada pela pesquisa e pela minha trajetória, escolhi conhecer a composição de um serviço onde os profissionais que compõe a categoria estavam inseridos. Nessa proposta, busquei ampliar minha experiência sobre a condução da política de atenção a pessoa idosa na proteção social básica. Assim, iniciei um caminho de aproximação a algumas questões que poderiam nortear um momento de encontro entre o meu desejo de conhecer e viver um espaço que acolheria minhas perguntas num CRAS. Para tal foram construídas as seguintes pistas para orientar esta aproximação:



Como este CRAS desenvolve seu plano de ação em busca da autonomia do idoso levando em consideração sua relação com o novo contexto social desta política pública?



Como a psicologia contribui na implementação deste trabalho com idosos num CRAS?

5.1 Um CRAS e aproximações numa singular experiência.

Nos encontros proporcionados pelo CRPRS-CREPOP, os profissionais traziam diversas queixas, sempre na esperança de obter um acolhimento as suas demandas na sua instituição de referência, que seria o CRP. Nesse cenário conheço alguns profissionais que trabalham com a política de atenção a pessoa idosa na proteção social básica. Alguns destes eram profissionais contratados por convênios realizados entre o município e uma empresa privada que cede esse profissional para exercer um serviço terceirizado, o que permite uma rotatividade desse profissional em vários serviços diferentes e uma permanência por tempo limitado. Reconheci que apenas um desses profissionais que trabalhava com ações voltadas para a pessoa idosa era servidor público e encontrava-se em um CRAS, com algum tempo de experiência. Ensaio uma aproximação a esse profissional que acolhe a ideia de abrir seu espaço de trabalho com o idoso para que observações ativas possam ser realizadas. A proposta é levada ao CRAS, retorna com a resposta positiva e então inicio uma peregrinação a um espaço desconhecido, apostando no compartilhamento de uma

vivência singular.

5.2 CRAS: sensações vividas ao conhecer esta realidade.

5.2.1-“tu não queria fazer o cadastro do bolsa família?”

A minha chegada ao CRAS é marcado por um fato curioso, apresento-me pelo nome e expresseo o meu desejo de falar com a pessoa que fiz contato para marcar esta visita. A atendente pede para esperar no saguão. Nesta sala muitas pessoas aguardavam para ser atendidas, eram homens mulheres. No quadro fotos de eventos estavam expostas passaram pela minha rápida visão e identifiquei alguns grupos, como idosos e crianças. Ela demorava a me chamar, me perguntei o porquê. De repente apareceu uma jovem na porta que chamou: “Márcia”. Pensei: sou eu! Entrei apressadamente, ansiosa pelo encontro. Fui conduzida a uma sala onde uma pilha de papéis encontrava-se sobre a mesa e uma jovem solicitou que eu sentasse. Fiquei confusa e atrapalhada, comecei falando baixinho que desejava falar com a pessoa que havia marcado a visita. A moça repete que eu devia sentar. Eu percebia que meu lugar não era ali. Segui de pé e ela me olhou perguntando “tu não queria fazer o cadastro do bolsa família?” Disse que não e repeti o motivo de estar ali. Neste momento, ela me olha e questiona a secretaria. Esta diz que tem uma Márcia pra fazer o bolsa família. A outra Márcia é encontrada. Volto a aguardar. A associação CRAS e bolsa família parece ser a primeira visão da política de assistência social. Eu já estava fazendo parte desta expectativa, que mais faz um CRAS?

Durante esse momento inicial do encontro me perguntava por que tinha ficado tão marcado a meu ver aquele movimento de “Márcias”; lembrei da análise de implicação e da relação de neutralidade que não acontece no campo da observação (Lourau, 1993. p.28). Indagava como eu tinha sido tocada por aquela situação. Sensação inicial de não ter sido escutada em função de uma oferta já estabelecida: o bolsa família. O que seria um “acolhimento universal” de demandas e vulnerabilidades de indivíduos? Todos poderiam ter o mesmo atendimento, já que a referência maior é o ingresso no bolsa família. Nessa lógica refleti sobre as questões que atravessam o trabalho de um CRAS e no ativismo da prática de acolhimento. Coimbra e Nascimento (2007,p.27) discutem o conceito de sobreimplicação e a crença do “sobretalho” onde o campo é ocupado por um único e certo objeto que impede de se processar a implicação no trabalho. Um profissional pode estar vinculado a tarefa mas com uma lógica de não problematização e não estranhamento a homogeneidade do serviço (Lourau, 1993,p.35).

5.2.2- “entre, pode entrar quando chegar, não precisa esperar”...

Esse encontro é marcado pela diferença da chegada: “entre, pode entrar quando chegar, não precisa esperar”. Ainda sem entender a recepção, me reporto ao que busquei no estabelecimento e dessa vez a minha entrada é acompanhada por uma jovem, que depois descubro ser estagiária de serviço social. Era uma sala ampla, que comportava várias mesas, com a aparência de que muitas pessoas dividam o mesmo espaço de trabalho. No quadro branco, no fundo da sala, um esboço de projetos e planos de ação do espaço. Achei interessante ocupar aquele lugar, pois acredito que ali os atendimentos não são realizados, mas pensados. A equipe e suas questões devem compor aquela complexa sala de mesas e cadeiras.

O interessante desse momento é a divergência de recepção do encontro anterior para este, a situação inicial talvez tenha deixado uma marca de inserção do espaço, a interrogação da dialética desse encontro, provocou algumas reformulações. Lourau (1993, 12) diz que o clima socioanalítico é sempre muito tenso, os organizadores sempre tem interesse de ocultar pequenos e irrelevantes detalhes. Até que ponto aquele espaço, entre um e outro encontro, ocultavam os “irrelevantes detalhes”. Mas, enfim, buscava uma “atenção cartográfica” (Kastrup, 2007, p. 19) que seria, ao mesmo tempo, flutuante, concentrada e aberta. Esse era o movimento que vivia no serviço a cada encontro, muito a aprender.

5.2.3- “Pode passar, ela está lá na última sala”...

Ao chegar ao CRAS e me identificar na recepção, a moça falou “pode passar ela tá lá na última sala”. Cheguei à sala no horário das 13h30min e aguardei o grupo iniciar, o que aconteceria as 15h00minh. A espera longa possibilitou perceber que as ações do CRAS estão vinculadas a Psicóloga, referência do serviço. Há outra psicóloga que também faz parte do serviço, mas que é contratada por convênio. A Psicóloga do CRAS representava também a direção que estava afastada. Fui apresentada a estagiária de psicologia. Percebi olhares entre os demais componentes da equipe, além da estagiaria de psicologia e a psicóloga, estavam presentes na sala duas assistentes sociais. O assunto era se um caso pertencia ou não ao CRAS ou ao CREAS, concordâncias e discordâncias deste pertencimento.

A composição desse espaço com minha presença constroem a relação de estrangeiro, mesmo que a ideia a priori carregasse a abertura para o acolhimento. Ao estar sentada naquela cadeira e naquele espaço participava como mais um componente da equipe. Na questão do “caso” principalmente, as diferenças de avaliação entre aspectos técnicos, sociais, institucionais. A equipe talvez estivesse centrada no caso, eu ficava a pensar no encaminhamento e nos elos entre aqueles que se responsabilizam entre ações de diferentes lugares com o usuário. Será que esse caso não é

pra gente? Ou é da gente e de quem mais ao mesmo tempo?

Considerando o conceito de sobre implicação citado por Coimbra e Nascimento (2007, p.30) visualizo duas vertentes do conceito. A primeira dispõe o conceito como uma prisão em uma camisa de força, onde o profissional está tão implicado no trabalho e nos seus múltiplos fazeres, num tempo restrito para analisar suas práticas. Percebi que estava vivendo nessa “observação” como parte de um serviço que tem como alicerce a política de proteção social básica e que há um ritmo de atividades por fazer. Ao compor uma equipe multiprofissional, relacionado a uma rede de atendimentos e servindo como dispositivo de proteção buscava pensar minha implicação com este fazer na política de proteção, no percurso de formação.

5.3- A concepção de um trabalho com o idoso

Neste contexto, inicio o encontro com o trabalho da psicologia frente à política de atenção a pessoa idosa, na ação de convivência para idosos, como especificado na Tipificação dos Serviços Sócio Assistências (Brasil, 2009). Nesta retrospectiva, reconstruo alguns momentos que permitiram um novo “pouso de atenção” (Kastrup, 2007, p. 16) no foco de meu trabalho.

Encontro com a psicóloga de referência: “Vai assumir essa bomba?”

Faço minha apresentação e falo sobre meu trabalho e o porquê de ter escolhido o CRAS em questão, como estudo de caso. Ela recebe o trabalho com entusiasmo e diz que será um prazer, pois ao estar a frente dessa política junto com outros atores, é importante colaborar com trabalhos desta natureza. Ressalta que “muitos espaço não teriam essa abertura” e reconhece a relevância para a formação e para o reconhecimento da política pública voltada para o idoso na região.

Neste momento minha reflexão pousa na pergunta que orienta esta experiência: O CRAS desenvolve algum plano de ação que busca a autonomia do idoso levando em consideração sua relação com o novo contexto social desta política pública?

A profissional busca, então, narrar um pouco da história do grupo para que se possa entender melhor a trajetória do mesmo e sua inserção nessa política. O grupo de idosos já funciona há 29 anos, pois muitos destes idosos pertenciam a um grupo da comunidade que realizavam atividades físicas. Fala que hoje o grupo não faz só isso, mais é difícil mudar um grupo e suas questões que se construirão antes da chegada dela nesse convívio. Hoje eles participam de conferências, semana do idoso, fórum e outros espaços de controle social que estabelecem um dialogo com os seus direitos. Relata que sempre os estimula a ocuparem esse espaço e eles acolhem a proposta e elegem representantes que se deslocam para a participação nestes espaços de controle social. Conta que a

voz deles cresce a cada dia. Por outro lado, sentem falta nesse espaço de coisas básicas que tinham lá no espaço da comunidade tipo uma cozinha que proporcionava chás e almoços aos aniversariantes. Há algumas tensões, pois o grupo oscila entre essas diferentes experiências e a questão de pertencimento ao CRAS. Pela mudança recente, fala que o grupo tinha como coordenador uma professora de educação física, e quando vieram ao CRAS, ofereceram pra ela o trabalho com idoso. Na memória ficou uma fala: “vai assumir essa bomba, porque trabalhar com idoso é um saco”. Ela disse sim a oferta e afirma que foi a melhor escolha.

Ao pensar a noção de grupo, não se pode deixar de tentar formular com autores que contribuem para o entendimento grupal de idosos. Zimerman (1997, p. 331) ao realizar uma leitura sobre o envelhecimento sob o olhar da gerontologia social, considera as relações entre o indivíduo idoso e a sociedade, onde a previsão de fatores sociais e ambientais pode qualificar ou dificultar o envelhecimento. Articulando essas questões com uma intervenção grupal com idosos, o autor destaca que precisamos reformular alguns discursos para que não sigamos reproduzindo um simbolismo não vinculado a imagem atual destes sujeitos e ainda associada a melancolia e inatividade. Ao acompanhar o trabalho desta psicóloga reconheço nesse grupo de idosos um viés de vida, de estar com o outro, um compartilhamento de experiências e vidas.

Pensando na nova reconfiguração desse papel social do velho e no aumento da população idosa saudável, é fundamental a interação entre pares e a prática grupal adquirir um sentido de promover o resgate de vínculos sociais que podem estar aposentados, mas não perdidos. Neste sentido, o grupo do CRAS tem como finalidade integrar cada um deles numa perspectiva de iguais, de propiciar um espaço de expressão e de construção de um canal de comunicação entre pares e com as políticas na cidade. Portanto, o grupo visa estimular o conhecimento de problemas relativos a velhice tanto no que se refere a promoção de saúde, como em necessidades que podem estar relacionadas com políticas intersetoriais específicas.

Quando **pergunto sobre a rede de serviço**, é citada uma relação do CRAS com a rede de saúde é muito próxima inclusive que foi convidada para palestrar para os funcionários, primeiramente sobre as questões das doenças nos idosos, tema que ela se recusou a falar, disse a quem convidou: “falo sobre a saúde do idoso e não sobre doença”. Eles mudaram o tema. O CRAS foi bem acolhido pela rede de saúde, sua inserção ajudou a compor a rede. Eles ainda sentem dificuldades de ser ver e compor com o serviço da assistência devido a sua história de origem cita a história de uma idosa que adentrou o grupo recentemente e do “rechaço” do grupo com o novo. Questiono sobre quais são as formas de buscar novos sentidos de vida numa população idosa vulnerável? A profissional fala sobre a questão da vulnerabilidade não só de renda, mas uma vulnerabilidade social. Com uma necessidade de se reconhecer nesse espaço e ser reconhecido

socialmente, ela cita que apesar da garantia de direitos e o aumento populacional, o idoso ainda é uma população tratada com falta de respeito e reconhecimento social.

Esse grupo está constituído há muito tempo e tem suas singularidades. A maioria é mulher, tendo apenas quatro homens. Atualmente, o grupo frequenta espaços de garantia de direitos, onde são muito bem recebidos e se posicionam junto ao contexto. Isso ajuda até mesmo na composição de política, pois sabendo que é um grupo participativo e questionador, eles são sempre convidados a estarem em espaço diferentes. Exemplifica a agenda lotada que apresenta com o cronograma a ser seguido pelos idosos. Relata que qualquer decisão de comporem ou não um espaço, é de decisão grupal.

Entendendo que o idoso não perde a capacidade de aprendizado e de conhecimento, a profissional da psicologia reafirma a busca constante da garantia de direito da pessoa idosa e sua perspectiva de proporcionar a eles espaços de exercício do protagonismo de suas mudanças sociais. Essa posição remete a Krug (2005, p. 52) que fala sobre uma possível educação que vise o empoderamento social dos idosos, pois não existe educação desvinculada de um contexto político, permeado de conflitos sociais na garantia de direitos. Envelher não é se aposentar, mas seguir propondo, elegendo, conferindo, fiscalizando (Krug, 2005, p.53). Um protagonismo do idoso em diversos campos que envolva o bairro, a rua, o enfrentamento das mais diversas questões sociais. Quando se fala em autonomia para o idoso, não é apenas uma autonomia motora, é a capacidade de tomar decisões que lhe dizem respeito de forma consciente e politizada. A idéia de proteção e de vulnerabilidade na proteção social básica com o idoso, conforme relata a psicóloga não é só financeira, mas também social. O quadro de incertezas na garantia de direito do idoso, fragiliza essa população e conforme Krug (2005):

A qualidade de vida individual só está assegurada se a qualidade coletiva de vida é o resultado alcançado nos conflitos entre a sociedade e o Estado. Há que haver mobilização constante, pressão e proposição por todos os canais legais, mas é importante ter presente o que se está aprendendo em conjunto em um processo emancipatório. (Krug, 2005, p. 63)

Vivendo a realidade de um trabalho com idoso em um CRAS

O trabalho com os idosos é desenvolvido todas as quartas. Há um documento plano de orientação da FASC (2010) que serve de guia para todos os CRAS que compõe a rede de Porto Alegre: “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos”. Outro material citado para compreender essa dinâmica é o livro de David E. Zimmerman, de título “Como se trabalha com grupos”, precisamente o capítulo 8, que trata de grupos com idosos, utilizado como ferramenta

grupala pela psicologia do local. Neste sentido é enfatizada que da formação na UFRGS(Universidade Federal do Rio Grande do Sul) foi herdada a compreensão psicanalítica que tenta casar com a sua concepção humanista e pontuar seu entendimento grupala. Uma escuta vinculada ao contexto vivido pelos idosos.

Neste momento percorro uma viagem entre problematizações com possíveis disparadores de análise. Uma questão faz pousar minha atenção: “Como se trabalha com grupos?” Há uma política municipal, no caso da FASC (2010) que orienta como se trabalha com essa modalidade de grupo de idosos, a qual respaldaria a Tipificação dos serviços Socio Assistências previstos no SUAS (BRASIL, 2009). Mas, sendo psicólogo, e considerando a formação na política em assistência social como se trabalha com grupos? O trabalho solitário realizado pela psicóloga evidencia em alguns trechos da sua fala esse sentimento. Para Coimbra (2007.p. 29), as situações falam por si, analiticamente, mais que qualquer analista. O apego ao material e a tentativa de construção de um referencial teórico que suporte o trabalho com um grupo já constituído há algum tempo e anexado a um espaço que recém está em funcionamento, reforça a idéia da necessidade de se reconhecer e ser reconhecido em uma política que ainda é feita de um trabalho solitário na psicologia. A vulnerabilidade não é somente do público atendido, mas do serviço ofertado, que está em construção.

Neste sentido, aparecem aspectos relacionados à gestão da política como a forma de vínculo das duas psicólogas do CRAS: uma servidora pública, outra contratada por terceirização. Questões salariais, de carga horária e de relação de permanência e continuidade com a tarefa, funções que podem ou não ser assumidas conforme o tipo de vínculo organizacional. As nuances do tipo de vínculo dos trabalhadores já apontam os limites de uma política em construção e de como assegurar uma prática neste contexto de convênios e talvez, descontinuidades das políticas. A instituição estado e a noção de modo de governar e políticas públicas entram em cena.

Esse encontro, ainda é uma tímida aproximação, tento tatear em busca de um campo seguro, onde possa conhecer o saber e o fazer desse psicólogo frente a uma política tão nova, onde vários atravessamentos se encontram. Procuo buscar estratégias que respaldem o trabalho e ganhe o suporte de confiabilidade na proposta. Entretanto, algo despertou a minha atenção, o fato da ressalva que o espaço seria um dos poucos lugares que pudessem ser abertos a discussão da proposta de observação ativa. Talvez tenha sido dito, sobre como um conjunto de práticas possa sair das cegas e torna-se vistas; a leitura que realizo dessa fala, é a de que há a disposição para compor e a confiança no cuidado com a experiência. Após esta aproximação começa a ser planejada minha inserção por duas reuniões consecutivas no grupo de idosos, que provavelmente serei bem recebida e acolhida.

5.3.1 Um trabalho grupal - “o doce desejo de estar no grupo”

Durante minha terceira visita ouço uma música “doce desejo” cantada por idosos; pergunto à estagiária se a reunião já se iniciou? Ela fala que eles chegam antes para ensaiar as apresentações, pergunto quantos idosos estão no grupo musical? Ela relata que são 15 idosos; a maior parte mulheres. Enfim, é chegada a hora de conhecer o grupo. Descemos uma escada que dava acesso a um espaço amplo, tipo salão de festa que comportava uma cozinha. Eles estavam dançando, tocando instrumentos e cantando. Eram em torno de 30 idosos, os que não dançavam ou tocavam instrumentos, cantavam e batiam palmas. Muitos sentados e outros dançando. Esperei ser convidada a me sentar. A psicóloga chegou e cumprimentou de 1 a 1 abraçando e conversando. Eles pararam e ela convida a me sentar. Sento entre duas idosas. A psicóloga também e a estagiária do outro lado da sala. Eu estava feliz por estar ali.

A reunião inicia com a psicóloga pedindo para que todos possam dar as mãos e rezar, entro na roda e rezo; “pai nosso” “ave Maria” e a outra acredito ser “crer em Deus Pai”. Após esse movimento todos voltam a se sentar e é feita uma freqüência de idosos; onde os nomes são chamados; os que não se encontram presentes são justificados pelos próprios companheiros; é como uma busca de informações sobre os outros; eles entram em contato e quando a psicóloga pergunta se alguém sabe sobre aquela pessoa, eles falam que ligaram ou que visitaram, a informação circula entre vários integrantes; achei interessante esse movimento. Ao termino da freqüência; a profissional pergunta se não tem nada de novo no grupo? Eles apontam pra mim, e ela disse que já tinha falado sobre a minha presença na reunião, mas que iria deixar eu mesma me apresentar e dizer o que estava fazendo ali. Falo um pouco do meu trabalho e da importância do trabalho da psicóloga para a minha formação e para a universidade.

A profissional pergunta se eles sabiam que tem somente ela e mais duas pessoas frente ao trabalho com idosos; eles fazem o movimento com a cabeça que não. Falo pra eles que esse é um dos motivos de eu estar nesse grupo. A psicóloga brinca e diz que a minha formatura depende deles, pois estou no último ano de curso e dependo desse trabalho para me formar; eles correspondem a brincadeira e dizem que por eles estão dispostos a ajudar. Falo que venho aprender com eles.

O reconhecimento desse lugar ocupado, diz de uma prática singular, onde a psicologia trilha um caminho compartilhado em construção. A fala da psicóloga presentifica com os idosos o valor e lugar da sua prática. Outro marcador de discurso é o lugar de estrangeiro ocupado pelo estagiário, que é marcado novamente. Um passageiro em uma viagem que percorre diversos lugares, cria laços, é conquistado por todos, mas tem um objetivo final, terminar a viagem. É como se a formação fosse o transporte e os serviços a viagem; a voz da psicóloga deixou-me a pensar na formação em serviço.

A formação sempre carrega rituais e avaliações, não explica o sentimento que se vive, nem tem respostas. O viajante percorre as estações quando encontra-se frente a uma experiência como essa... Tão estrangeiro quanto a minha presença naquele espaço, minha formação em serviço.

Após esse momento de minha apresentação, segue o momento dos informativos, que naquele dia é a semana do idoso: as apresentações, os ensaios, o horário mais cedo para o ensaio. , Falam da ida de manha ao fórum do idoso e que algumas oficinas serão ministradas e que algumas delas foram convidadas a estarem no CRAS ministrando os cursos e ficaram felizes com o convite.

Bem, alguns informativos me chamaram atenção, um deles é sobre o pagamento “ao caixinho”, seria um depósito em uma conta de 10 reais por mês. Esse dinheiro seria utilizado para pagamento de viagens custeadas por eles mesmos. Tipo: ônibus, estadia. A colônia de férias é um dos principais motivos da arrecadação. Noto nesse momento que o grupo se organiza de um modo que eles decidem que convite aceitar, para onde ir nas férias, decisões que a profissional deixa que eles tomem ponderando apenas quando chamada, eles discutem e decidem o que podem e não podem aceitar; notei que o grupo também faz evento de arrecadação para aumentar esse dinheiro. Todos participam de forma direta e indireta, votando e se posicionando e mostrando os argumentos que impedem ou favorecem a aceitação de convite, um convite que foi rejeitado é de Santa Cruz do Sul, do o “october fest”, pois sairia oneroso para as despesas do grupo.

Reconstruir a palavra velho, segundo Zimmerman (1997, p.332), seria reconstruir papéis sociais seja na família, ou na sociedade em geral; o grupo em questão, está na tentativa de reconstruir papeis de indivíduos que não se aposentaram socialmente e que podem e devem ajudar a construir sua política atual, como atores ativos da mesma. O fato do grupo questionar e tentar decidir sozinho seus fazeres, como o caso do passeio, demonstra uma tentativa de autogestão proposta de Lourau (1993, p. 14), onde emerge o se pensar para decidir (Lourau, 1993, p.14).

Noto que o CRAS pouco intervém nesse fazer; a entrada do CRAS é mais no sentido de garantia de direitos, tipo Fórum, semana do idoso, palestras como a de abertura do evento da semana do idoso que tem como tema “Idosos Redescobrimo a vida”. A cada evento, nem todos estão presentes, mas existe um compartilhamento de informações. Outra coisa que a psicóloga tenta mostrar com os informativos; é a importância dos momentos de integração; problematizado quando a questão vem à tona, pois tem uma caminhada marcada para próximo e a profissional diz a seguinte frase “tem que se colocar a cara para a população saber a quantidade de idosos que compõe o município”. Muitas vezes a saída de foco da psicóloga, permite que o grupo se volte para as suas questões e se organize no foco do processo coletivo. A reunião termina com a profissional anunciando que estarei no próximo encontro e provavelmente na semana do idoso. Eles iniciam o lanche, que descobri ser proporcionado por eles, pois um grupo prontifica, mensalmente, a fornecer

em todas as reuniões o lanche. A organização é muito interessante.

O trabalho grupal realizado pela profissional serve como um dispositivo de criar e proporcionar com o idoso a possibilidade de apreender, experienciar e decidir com um processo democrático, seja em questões pessoais de participação, como no caso do relato acima, onde a tomada de decisão passa apenas pelo grupo. Outros momentos sobre o exercício do poder, do trabalho coletivo e propositivo.

Por isso, o recurso grupal tende a ser um dispositivo de mudança de mentalidade, visando uma reflexão social e demonstrando que a autonomia do idoso deve e pode ser reconhecida socialmente; que a possibilidade de viver com prazer, sabedoria e dignidade, não é uma exclusividade da juventude, mas pode ser encontrada nos diversos níveis de desenvolvimento do ser humano. O grupo em questão encontra-se implicado em escapar do que foi instituído do “ser velho” e busca re-significar o que é ser “velho” com a contribuição da psicologia.

Convivendo e fortalecendo vínculos: “Rede de afetos”



Imagem cedida pelo CRAS

A última visita foi iniciada pela minha chegada no horário no local, e o encontro com a profissional já se encaminhando para o espaço adequado de reunião onde o grupo se encontra. Nesse encontro o início seguiu como de costume: o momento espiritual, marcado também pela dedicação a quem está muito doente ou quem morreu do grupo recentemente (achei um momento

interessante, pois os coloca em contato com a questão da finitude, e isso não parecia ser um problema); frequência, sobre o ultimo perguntei a (estagiária) como era a contagem e qual a finalidade, pois percebi que alguns se encontravam viajando. A estagiária explica que no CRAS existe uma norma que eles não podem ter uma quantidade de faltas no período, mas neste grupo is a frequência é apenas um porta-voz de noticias onde os nomes são citados e todos podem saber quem está viajando, quem está doente, o que não implica num desligamento. Isso foi uma decisão do grupo, apenas aqueles que realmente desistem de comparecer são desligados.

A psicóloga solicita, então, que grupo realize uma dinâmica, eles se concentram após alguns comentários paralelos e ela explica como vai ser: um rolo de fio de barbante, todos seguiriam sentados em roda, poderiam pegar o barbante e escolher um integrante para jogá-lo e segurar e fazer uma volta no dedo para não se perder da posição por onde passava o fio. O integrante que escolhe fala porque escolheu aquele integrante. A dinâmica foi um momento precioso, pois muito foi dito sobre cada um, o que me possibilitou conhecer melhor o grupo e suas nuances. Muitos já se encontram nesse grupo há 10 anos, eles são parceiros, outros são casais, outros amigos de longa data, outros recém-chegados e outros ainda chegando. No final da dinâmica a profissional pergunta o que se formou no desenho do fio, eu respondo “uma rede de afetos”, outros falam em teia e nós.

Pensar o grupo como dispositivo de mudança é pensar como cada ação desencadeia definições, relendo Benevides (1997, p.186) defini o grupo como um dispositivo, como emaranhado de linhas em que evidencio os modos de se relacionar e subjetivar que passam por todos os pontos de encontro entre participantes, funções, serviços, comunidade. A profissional explica que cada ponto (pessoa) é importante para aquele desenho e que sem ele, o desenho se formaria diferente, ou não teria a mesma configuração. Também falou da questão da importância de desenhar um fazer grupal onde todos estejam implicados e conscientes de sua importância. Depois da dinâmica, cada um soltou os fios e foram tomar café, alguns ainda comentaram sobre se pudessem teriam escolhido mais de um integrante. A psicóloga comentou a importância de realizar muitas vezes dinâmicas e que muitas vezes, nem todos desejam participar, mas que é livre a participação. A impressão que tive do momento é de que aproximação da semana do idoso necessitava de um momento de integração e a profissional usou a dinâmica para construir isso de forma lúdica, sem precisar falar sobre.

No diálogo com Benevides (1997, p.187) penso a “rede de afetos” construída por “nós” humanos, onde cada um na sua singularidade se vincula e constrói de uma maneira impar o grupo, onde se soltar um ponto ou um nó, o “desenho” formado pelo fio será outro. Uma construção da desconstrução de pertencer a um grupo que movimenta modos de ser e subjetiva outras práticas. O grupo de idosos evidencia a heterogeneidade de vivências e finalidades: uns pretendem viajar com o

dinheiro do “caixinho”, outros dançarem, outros apenas conversarem, mas todos desejam estar juntos construindo esse espaço.

A psicologia e suas técnicas com os seus diversos entendimentos na questão grupal, talvez contribua como um dispositivo de efeito de conexões, de movimento, ou até mesmo de tensionamento, quando a questão é a garantia de direitos e provocação de mudanças de visão do envelhecimento. Contribuir na garantia de direitos no envelhecimento é promover conhecimentos sobre como se pode participar e promover mudanças significativas nas políticas sociais sobre o envelhecer.

O trabalho realizado pela psicologia, permite que novos entendimentos possam ser apontados nesta prática; a carência de referências de trabalho da psicologia na proteção social básica com idosos demonstra uma lacuna, seja ela da formação ou da própria categoria profissional com a política da pessoa idosa. Lourau (1993, pg.14) descreve a alienação da seguinte forma: “amamos nossa alienação. Sentimos que é muito doloroso a análise de nossas implicações; ou melhor a análise dos lugares que ocupamos, ativamente, neste mundo”. Seguindo esse pensamento, e permitindo que uma nova forma de trabalhar com idoso possa ser construída na proteção social básica em relação a sua autonomia, é que segue os próximos fragmentos dos encontros e desencontros com o fazer nas ações de um psicólogo.

Imagem cedida pelo CRAS

6. Sobre as dificuldades e conquistas da psicologia? Aproximações com o fazer e a formação de um psicólogo.

“Ainda se tem um longo caminho a trilha e tem que ser começado pela formação, dar importância a política de assistência ao idoso na academia ainda é uma “utopia” . Psicóloga CRAS

Certamente, o trabalho com o grupo exige uma atenção e dedicação singular, é uma conquista da psicologia estar em uma política que normalmente assusta os profissionais pelo fato de lidar com a finitude do ser humano, exigindo um fazer diferenciado e desafiador nas políticas públicas. Considerando ser um trabalho singular, onde contradições se atravessam pela própria política em implementação, a confiança e a implicação da profissional que realiza o trabalho vinculado a um amor pela causa é imprescindível para contribuir nesta mudança. Lourau (1993, pg. 19) fala que a teoria da implicação tem como engrenagem a “loucura e o amor”.

Mas, no que a academia contribuiu como para o desempenho desse profissional junto a essa população, num CRAS?

Como já foi referido a presença de psicólogos frente a ações com essa população no município de Porto Alegre ainda é rara, conforme pesquisa em andamento que o CREPOP realiza neste ano sobre “A atuação do psicólogo na política pública com o idoso”. A dificuldade da psicologia ocupar esse fazer, parece estar associada a própria formação á medida que mantém o profissional afastado desse fazer. A frase da profissional do CRAS deixa evidente esse pensamento, “a psicologia ainda tem um longo caminho a trilhar e tem que começar na formação, dar importância a política de assistência ao idoso na academia ainda é uma utopia”.

Ao problematizar a questão de termos psicólogos frente a ações com idosos na atenção básica, trabalhando questões de autonomia, é impossível não se remeter a formação, tomando como referência a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e seu curso de graduação em psicologia que não contempla em seu currículo nenhuma cadeira de envelhecimento obrigatória. Entretanto, Lazzaroto (2004, p.64) problematiza a graduação e a ebulição social que demanda à psicologia uma formação em políticas públicas, falando o seguinte: “Entendemos a construção deste processo de formação enquanto rede de saberes e fazeres, no entrecruzamento de relações produzidas entre professores, alunos, profissionais, usuários e gestores públicos”.

Nessa lógica, existe então a necessidade de tensionar o campo de forças que concebem o contexto de formação para que profissionais da psicologia possam estar inseridos em uma política pública para o idoso na formação profissional com a ideia de articulação proposta por Lazzaroto(2004); construindo uma rede de fazeres e saberes na formação sobre a política com idoso. Por equanto, a graduação contempla o ser humano apenas até a idade adulta, será que podemos envelhecer com a graduação atual? O fato é que a população apresenta-se mais grisalha e a formação tem por obrigação acompanhar as mudanças sociais, sendo a UFRGS uma das principais universidades brasileiras chegada a hora de uma maior aproximação da formação para que seus profissionais possam lidar com a questão do envelhecimento e não se reforçe a mesma lógica da “gerontofobia” citada por Zimerman (1996. p.341), uma generalizada evitação social de contato mais íntimo com o velho. Essa fobia segundo o autor é entendida como dificuldade de confrontar-se com a própria velhice, com questões de finitude.

7.Considerações finais:

Identifica-se que o processo de participação nos grupos significa, para os idosos, uma forma de reconhecimento de sua inserção social e de tensionar em diversas direções que afirmem a cidadania grisalha . A questão da autonomia, não é apenas vinculada a individualização, pois sua vivência grupal compartilha diversas práticas vinculas as politicas sociais de garantia de direitos com uma construção coletiva do envelhecer, construindo com os velhos o protagonismo da sua

história social. Uma trama de interesses que desafia por hora o fazer da psicologia e sua cristalização acadêmica. Os lugares cada vez mais ocupados por esses velhos vai visibilizando suas estratégias de comprometimento, assusta a todos e redefine o compromisso da psicologia e da sua formação com as políticas públicas de atenção ao idoso. A experiência vivida no estágio de políticas públicas e no movimento do TCC trouxe um aprendizado e um despertar para a nova configuração social e para o papel do psicólogo neste trabalho. O encontro de minha experiência com o CRAS, através de uma prática diferenciada do trabalho com o idoso, me fez perceber que o que parecia ser o trabalho de profissional solitário da psicologia já não é, pois encontra idosos, UNITI, CREPOP, documentos da FASC e SUAS. O fazer grupal singular orientado pela sua ética e responsabilidade com a garantia de direitos dessa população foi sendo afirmado na construção coletiva de um política que se faz na prática cotidiana. .

3.Referência Bibliográfica:

BENEVIDES, R. B. (1997). Dispositivos em ação: o grupo.Em A Silva & cols. (Orgs.), Cadernos de Subjetividade (pp. 183-191). São Paulo: Hucitec.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Fundação de Assistência Social-FASC: Projeto Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para Idosos. Porto Alegre. 2010

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009. Tipificação Nacional dos Serviços Socio Assistenciais.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Política Nacional da Assistência Social. Norma Operacional Básica(NOB/SUAS). Brasília, DF. 2004

BRASIL, Constituição Federal de 1988. São Paulo SP. 2008. pág. 31-32.

BRASIL, Lei nº 10.741 de 01 de Outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Ministério da Saúde,1.ª edição, 2.ª reimpressão, Brasília, DF. 2003.

BRASIL, Lei nº8842 de 04 de Dezembro de 1994. Política Nacional do Idoso. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, DF. 2007

BRASIL, Lei nº 8742 de 07 de Dezembro de 1993. Lei Organica da Assitencia Social (LOAS).

CASTRO, O . P. (2004).Vivendo Em Seu Corpo: Uma Questão de Consciência de Criatividade. In: Envelhecer Revisitando o Corpo. Sapucaia do Sul-RS. pág. 13-39.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L.(2007) Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?. In: NASCIMENTO, M. L. do; ARANTES, E.; GALLI FONSECA, T. (Org.). Práticas psi: inventando a vida. Niterói: EDUFF. p.27-36.

LAZZAROTTO, G. D. R. (2004). A Construção de possibilidade na formação do psicólogo. In: Psicologia e políticas públicas Experiências em saúde pública. (pp. 57-71). Porto Alegre: CRP7 (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul).

LOURAU, R.(1993) Análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ. Pg. 8-47.

FOUCAULT, M. (1996). A ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

KASTRUP, V. (2007).O Funcionamento da Atenção no Trabalho do Cartógrafo. Psicologia e Sociedade, V. 1, nº 1, pg. 15-22, jan; abr.

KRUG, J.G. A política, a educação social e a terceira idade. In: Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento. Volume 8. 2005. pág. 51-66.

ZIMERMAN, Guite I.(1997). Grupos com Idosos. In: ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas. Pág. 331-342.

Disponível:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/piramide/piramide.shtm

Acesso em: 18 de agost. de 2011.

Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/?s=pesquisas+realizadas&x=45&y=9> Acesso em 12 de nov. de 2011